



Handwritten notes in blue ink, including a circled '1' and a circled '2'.

Exmos. Senhores:

Presidente da ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e

Membros da ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Para efeitos da alínea c) do n.º 2 do art.º 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, submete-se à aprovação de V. Exas. os documentos previsionais da Câmara Municipal de Nelas para o ano 2010 que se consubstanciam nas GRANDES OPÇÕES DO PLANO e no ORÇAMENTO. Estes documentos previsionais foram elaborados de acordo com os princípios e regras orçamentais definidos no POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a circled number '2'.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O mapa das Grandes Opções do Plano (GOP) integra o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Actividades Mais Relevantes (AMR), onde estão expressas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local, cujos objectivos que o integram a seguir se apresentam como as respectivas dotações financeiras para o ano 2010:

Código	Designação das rubricas	Valor	Total por função	%
1	Funções gerais		2.522.286	
1.1.1	Administração Geral	2.202.621		11,34%
1.2.0	Segurança e ordem públicas			0,00%
1.2.1	Protecção civil e luta contra incêndios	319.665		1,65%
2	Funções sociais		10.982.325	
2.1.0	Educação			
2.1.1	Ensino não superior	2.988.640		15,38%
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	214.264		1,10%
2.2.1	Serviços individuais de Saúde			0,00%
2.3.0	Segurança e acção sociais			0,00%
2.3.1	Segurança social	807.100		4,15%
2.3.2	Acção Social	44.414		0,23%
2.4.0	Habitação e serviços colectivos			0,00%
2.4.1	Habitação	68.501		0,35%
2.4.2	Ordenamento do território	2.006.863		10,33%
2.4.3	Saneamento	1.150.160		5,92%
2.4.4	Abastecimento de água	1.213.398		6,24%
2.4.5	Resíduos sólidos	666.890		3,43%
2.4.6	Prot.meio ambiente e conserv.natureza	150.516		0,77%
2.5.0	Serv.culturais recreativos e religiosos			0,00%
2.5.1	Cultura	292.754		1,51%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	1.365.432		7,03%
2.5.3	Outras actividades cívicas e religiosas	13.393		0,07%
3	Funções económicas		4.938.539	
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça			
3.2.0	Indústria e energia	1.183.905		6,09%
3.3.0	Transportes e comunicações			0,00%
3.3.1	Transportes rodoviários	3.522.207		18,13%
3.4.0	Comércio e turismo			0,00%
3.4.1	Mercados e feiras	232.427		1,20%
3.4.2	Turismo			0,00%
3.5.0	Outras funções económicas			
4	Outras funções		987.600	
4.1.0	Operações da dívida autárquica	837.600		4,31%
4.3.0	Diversas não especificadas	150.000		0,77%
	Total das despesas	19.430.750	19.430.750	100,00%



4

3

3

Este documento permite-nos aferir significativamente o modo como se irá desenvolver a actividade municipal no próximo ano económico de 2010. À imagem de anos transactos, haverá um conjunto de factores que condicionarão fortemente a nossa acção, nomeadamente, a diminuição real do valor das transferências financeiras do Estado para as Autarquias; a manutenção da grave conjuntura económica para o país, penalizada ainda pela lenta recuperação da crise económica e financeira internacional que inibe e limita oportunidades de investimento e consequentemente do aumento das receitas municipais. Por outro lado, mesmo com todo o atraso na possibilidade de acesso por parte dos municípios ao QREN - que tem sido um dos factores geradores de grande ineficiência e ineficácia na execução de planos e orçamentos, obrigando à inclusão reiterada dos mesmos investimentos com as mesmas dotações - o ano de 2010, prevê-se como aquele onde, finalmente, os municípios vão poder beneficiar dessas verbas para executar os investimentos previstos, medida essa que considera positiva.

É com uma atitude criteriosa e rigorosa na gestão municipal que se apresenta esta ferramenta de combate ao ambiente social difícil e de estímulo à actividade económica local e regional, fruto do investimento nas infra-estruturas e nos serviços prestados à nossa comunidade, prosseguindo os objectivos superiores do desenvolvimento sustentado e o da coesão social.

Embora condicionados pelos sucessivos atrasos na regulamentação e na execução do QREN, fomos preparando e apresentando projectos que pudessem ser objecto financiamento de Fundos comunitários. Algumas propostas voltam a ser integradas nas GOP e foi também possível introduzi-las na contratualização no âmbito da CIMRDL que integramos e cujo trabalho dos técnicos e dirigentes tem sido excelente, não sendo acompanhado à altura nos processos de decisão pelos



organismos da responsabilidade do poder central. Nesta contratualização e de acordo com as opções disponíveis e que são conhecidas, apostámos em três áreas que nos parecem as de maior relevância e as mais estruturantes para o concelho, são elas: a educação, as Zonas industriais e a mobilidade.

Os investimentos da Educação, ultrapassado o processo de Homologação da carta educativa, estão já no início da sua construção, conforme prioridade há muito assumida por este executivo. Mantendo o desafio da construção dos novos centros escolares, vamos continuar a política da requalificação dos existentes que muito contribui para a melhoria do processo de ensino aprendizagem e para a garantia de igualdade de oportunidade das nossas crianças. De igual modo, a transferência de competências previstas nesta área para as autarquias é desafio de grande responsabilidade e envergadura pelo que prevemos encarar este desafio com grande determinação na defesa dos interesses dos munícipes e da autarquia.

Em matéria de transferência de competências para os municípios, tem que também considerar o espectro que se avizinha para as questões da saúde e da acção social. Área onde já se tem vindo a desenvolver um trabalho e investimento meritórios e que nos irão merecer ainda igual ou maior atenção.

Neste sentido, não se pode esquecer o investimento na construção de habitação social, não só pelo valor que representa no orçamento municipal, mas fundamentalmente pela melhoria das condições de vida das famílias que vierem a beneficiar destes equipamentos. No reforço desta componente social, vai-se continuar a dar todo o apoio necessário para a construção e ampliação das infra-estruturas de IPSS do concelho, em diferentes freguesias que têm conseguido ver aprovadas as suas candidaturas a fundos comunitários.



6

Handwritten signature and initials in blue ink.

Considerando que em 2010 será possível realizar as candidaturas à requalificação das zonas indústrias, previstas na contratualização feita pela CIMRDL, poder-se-á dar continuidade ao investimento que se tem realizado na modernização destas áreas. Com esta concretização o município vai continuar a exercer a sua função impulsionadora de investimentos, incentivando o tecido empresarial a gerar riqueza e a criar emprego. Num momento delicado da nossa economia, estas medidas também assumem um carácter social relevante para os trabalhadores e para as suas famílias porque ao permitir-se a melhoria das condições de fixação de empresas e das condições de trabalho, melhor será o bem-estar e o equilíbrio emocional de todos.

Os desideratos da melhoria das condições de segurança rodoviária e das condições de circulação e acessibilidade no nosso concelho, são basilares na estratégia de aproveitamento da localização geográfica do nosso concelho. A conclusão da variante à Vila de Nelas e a requalificação da 1ª fase, mantêm-se como prioridade que muito poderá contribuir para um aumento da segurança rodoviária e para uma melhoria dos acessos às zonas industriais do Concelho, ao mesmo tempo que ficam lançadas as premissas de acessibilidade aos futuros traçados do IC 12 e IC 37. Realçar, neste caso, que o concurso e a candidatura da conclusão da variante estão concluídos e que o arranque das obras será imediato.

Destaque-se ainda que todas estas propostas foram amplamente discutidas em conjunto com as Juntas e são o resultado de um trabalho e esforço conjuntos, sem haver qualquer empolamento orçamental.

A estratégia prevista neste documento que pretende melhorar a qualidade de vida no concelho, prevê ainda a necessidade de se realizar um forte investimento na rede de abastecimento de água e de saneamento básico, concretizando,



7
7
6

finalmente um anseio há muito reivindicado em todo o concelho e que será executado em concordância com o planeamento previsto no DEE.

Em conformidade com a Lei, é de salientar o Mapa de Pessoal que demonstra a vontade de manter a qualidade, a eficiência e a eficácia dos serviços prestados. Assim, grande parte dos lugares que se prevêem criar já existe efectivamente na actualidade, sendo o trabalho desenvolvido por trabalhadores em regime de Programas Ocupacionais, ou por funcionários da autarquia com vínculo precário que não podem ser renovados. A criação destes postos de trabalho possibilitará a melhoria das condições de emprego e dar maior estabilidade aos funcionários e às suas famílias.

Não sendo exaustivo, este preâmbulo esclarece alguns aspectos que os números não deixam antever a extensão da intervenção e bondade de intenção do Município na defesa dos interesses da Comunidade.



3
3
3
7

ORÇAMENTO

Receitas

Para o ano de 2010 estima-se que o total das receitas atinja 19.430.750 €, valor acima do estimado para o ano anterior. No entanto, o facto de haver alteração da receita global estimada, não indica por si só que não se altere a estrutura da receita municipal, prevêendo-se um aumento das receitas correntes na ordem dos 19% e um aumento de cerca de 56% nas receitas de capital, muito por via dos apoios no âmbito do QREN.

Despesas

A composição das despesas correntes é semelhante à do ano anterior, destacando-se a relevância das despesas com o pessoal e a aquisição de bens e serviços que representam cerca de 86% deste tipo de despesa.

Quanto às despesas de capital a sua quase totalidade respeita a Aquisição de Bens de Capital.

Na base do exposto, apresenta-se a proposta de **Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Nelas para o ano económico de 2010**, que se sujeita à superior apreciação e bom julgamento de V. Exas., para efeitos da competente e indispensável aprovação.

Nelas, 20 de Novembro de 2009